



PARECER Nº 65/2024 - LICITAÇÃO  
Processo Administrativo Nº 55/2024  
Pregão Eletrônico SRP nº 14/2024  
Referência: LOCAÇÃO DE SOFTWARE

PARECER:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - ANÁLISE FASE INTERNA - FUNDAMENTADA NO ART. 29, DA LEI N.º 14.133/2021 - LOCAÇÃO DE SOFTWARE. PREFEITURA. CÂMARA DE VEREADORES E PREVIPOORTO. POSSIBILIDADE

## RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa a locação de software de sistema administrativo para atender as necessidades da área administrativa da prefeitura de Porto Esperidião/MT, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, conforme justificativa e especificações constantes Termo de Referência, Edital e seus anexos.

2. A demanda está formalizada com a solicitação de instauração de licitação visando a locação de software com fornecimento de licença de uso por prazo determinado, com atualização mensal, incluindo conversão, implantação e treinamento. Processo está devidamente autuado e contém as peças fundamentais para a análise do processo licitatório. A licitação está sendo realizada para a locação de softwares que serão utilizados pela Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fundo de Previdência-PREVIPOORTO.

3. Estão anexados os seguintes documentos relevantes para a análise jurídica: Solicitação de aquisição dos materiais e equipamentos, Documento de Formalização de



Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Mapa de Preços, Orçamentos, Atestado de Dotação Orçamentária, Autorização Prefeito para abertura da licitação, Minuta do Edital e Minuta da Ata de Registro de Preços.

Em síntese, o necessário.

## FUNDAMENTAÇÃO

4. A presente manifestação jurídica tem a finalidade de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade do processo licitatório, conforme estabelece o art. 53, § 1º Inciso I e II, da Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica”;

5. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

6. A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes temas emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.



7. Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive, quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelos setores competentes do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos para a melhor consecução do interesse público.

8. Há presunção de que os documentos estão revestidos de idoneidade, considerando tratar-se de documentos produzidos por servidores públicos da prefeitura. Os documentos estão formalmente produzidos e gozam de presunção de veracidade e há ainda que se considerar que foram elaborados em cumprimento do serviço público.

10. Por outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto, sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competência.

11. No entanto, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida por lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da administração, podendo, inclusive, caracterizar a ativa vontade de praticar o ato apontado.

12. Dessa feita, a partir da observância das orientações veiculadas neste pronunciamento, será possível aferir a regularidade jurídico-formal do Edital e de seus anexos, bem assim dos atos concernentes à etapa interna do certame licitatório. Valendo lembrar que a fase interna do certame licitatório é aquela em que a administração realiza o planejamento da contratação. O art. 18, caput da Lei nº 14.133/2021, elenca as providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento. Assim, deve ser observado, na fase preparatória do processo licitatório as condições previstas no referido artigo.

13. No Documento de Formalização de Demanda – DFD está sintetizada a justificativa para a demanda. A administração aduz que o município não possui sistema próprio adequado para atender as demandas da prefeitura e os contratos atual está



prestes a expirar, o que torna necessária a contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software por prazo determinado. Alega que há necessidade de manter atualizadas e acessíveis as informações contábeis e fiscais da prefeitura e que a gestão das informações seja eficiente e com capacidade de gerar folha de pagamento e demais obrigações trabalhistas, bem como emitir notas fiscais de serviços e cobranças de taxas de forma virtual.

14. O Estudo Técnico Preliminar fixa os parâmetros da contratação e estabelece o objeto que está sendo licitado. Destaca que a contratação está prevista no PCA – Plano Anual de Contratação, e estabelece os resultados pretendidos através dos serviços que serão prestados.

15. O ETP possui as demais informações necessárias para definir o objeto da licitação. A administração realizou o levantamento da demanda e estabeleceu que o software deve proporcionar gestão de receitas e despesas, processamento da folha de pagamento, emissão de notas fiscais de prestação de serviços, lançamento de IPTU, prestação de contas aos órgãos fiscalizadores, como o E-Social e APLIC. Da mesma está apresentada a demanda da Câmara de Vereadores de PREVIORTO.

16. O Termo de Referência possui as cláusulas e condições essenciais exigidas para o documento. Observa-se que o Termo contempla as exigências do Art. 6. XXIII, da Lei 14.133/2021. Está definido o objeto, com a descrição das informações gerais para a contratação. Estabelece o critério de julgamento: menor preço por item e a modalidade Pregão Eletrônico SRP. A modalidade está definida no art. 6º, XIII, XLI e XLV da Lei 14.133/2021: Pregão eletrônico para locação de bem comum, pelo sistema registro de preços.

17. Ainda se encontra expresso no Termo de Referência a motivação para a locação, a descrição da solução e os requisitos para a locação. Estão definidos os critérios e condições para a execução e gestão do contrato. Desse modo verifica-se que a locação está devidamente planejada, com os critérios de demanda, contratação, execução e fiscalização da execução. Cada órgão licitado descreveu o serviço que será locado, a quantidade, valor unitário e valor total (anual).

18. O Mapa de Preços demonstra que foi realizada pesquisa através de orçamentos fornecidos por empresas do ramo. A equipe de licitação está ciente dos preços de



mercado para os bens que serão adquiridos.

19. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros, adotados de forma combinada ou não.

20. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

21. A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal (art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021).

22. Consta nos autos a informação da dotação orçamentária para a aquisição dos produtos. Documento fornecido pela contadoria da prefeitura, sendo responsável a servidora contadora Eliza Ignez Fazolo Fernandes Carrera Curriel.

23. A minuta de edital foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

24. De acordo com o art. 25 da Lei n.º 14.133/2021, o Edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto, sendo este um dos requisitos para a contratação, garantindo o fornecimento contínuo dos produtos, e os documentos necessários ao pagamento.

25. Vale salientar que o art. 9º da Lei nº 14.133/2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

26. A minuta de termo de contrato e Ata de Registro de Preços estão juntadas aos autos e reúnem cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie. No que tange à Minuta do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, há que obedecer ao que determina o art. 96, da Lei n.º 14.133/2021.

27. Ao analisar a Minuta anexada, e considerando, que foi adotada minuta padrão, aparentemente atende aos preceitos legais, merecendo a aprovação.


## CONCLUSÃO

Assim sendo, por todo o exposto, opino que o processo licitatório observa os princípios da licitação (art. 5º, da Lei nº 14.133/2021) e está regularmente formalizado, com atendimento dos requisitos legais.

Assim sendo, opino pelo prosseguimento da licitação.

S. M. J.

Porto Esperidião/MT, 14 de outubro de 2024.

  
José de Barros Neto  
Matrícula nº 11545-3  
OAB/MT 8841-B